



**O PODER LIBERTADOR DA EDUCAÇÃO NA SUPERAÇÃO DA POBREZA:  
CAMINHOS PARA A EMANCIPAÇÃO SOCIAL E CIDADÃ**

**THE LIBERATING POWER OF EDUCATION IN OVERCOMING POVERTY:  
PATHS TOWARD SOCIAL AND CIVIC EMANCIPATION**

**EL PODER LIBERADOR DE LA EDUCACIÓN EN LA SUPERACIÓN DE LA  
POBREZA: CAMINOS HACIA LA EMANCIPACIÓN SOCIAL Y CIUDADANA**

 <https://doi.org/10.56238/levv16n54-120>

**Data de submissão:** 20/10/2025

**Data de publicação:** 20/11/2025

**Kalyne Madeira Furtado**

Mestranda em Ensino em Saúde

Instituição: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO)

E-mail: kalynemadeira.prof@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7745863558806433>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3255-4575>

**Francisco Renato Silva Ferreira**

Mestre em Ensino em Saúde

Instituição: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO)

E-mail: renatoferreira@altaneira.ce.gov.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6775378848524040>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3977-0136>

**Ryan Peixoto Cruz**

Pós-Graduando em Docência do Ensino Superior

Instituição: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO)

E-mail: ryanpeixotoexu@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7195189595660502>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-8155-3536>

**Marlene Menezes de Souza Teixeira**

Doutora em Educação e Ensino: Química da Vida e Saúde

Instituição: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO)

E-mail: marlenesouza@leaosampai.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5043828704040203>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1546-3257>

**Adriana Romão Moreira de Souza**

Mestranda em Ensino em Saúde

Instituição: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO)

E-mail: drcapsicologa10@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9634906436581707>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1883-9608>



### **Harley Gomes de Sousa**

Mestre em Políticas Públicas e Sociedade

Instituição: Centro Universitário INTA (UNINTA)

E-mail: harleypsicopedagogo@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9906495505241375>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1845-0512>

### **Maria Edvana Inácio**

Especialista em Docência do Ensino Superior

Instituição: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO)

E-mail: mariaiedvana18@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-5712-6241>

### **Marta Coelho Bezerra Dantas**

Mestra em Ensino em Saúde

Instituição: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO)

E-mail: martha\_30jpeg@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5688263542829028>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1679-408X>

## **RESUMO**

O presente artigo examina o poder libertador da educação na superação da pobreza, destacando seu papel como instrumento de emancipação individual e transformação social. Fundamentado em autores clássicos da pedagogia crítica, como Freire (1996), Saviani (2018), Bourdieu e Passeron (2014) e Arroyo (2011), o estudo adota abordagem qualitativa de natureza bibliográfica, com base em fontes teóricas e documentais reconhecidas. A análise demonstra que a educação, quando compreendida como prática social e política, transcende a função meramente instrucional e assume caráter emancipador, contribuindo para a construção da cidadania e para o enfrentamento das desigualdades estruturais. O diálogo entre teoria e realidade empírica, sustentado por dados do IBGE (2023), INEP (2024), UNESCO (2023) e PNUD (2023), evidencia que a ampliação do acesso à educação pública de qualidade impacta positivamente a mobilidade social e o desenvolvimento humano. Conclui-se que a escola pública, enquanto espaço de resistência e de esperança, representa a via mais consistente para a construção de uma sociedade democrática, crítica e solidária.

**Palavras-chave:** Educação. Pobreza. Emancipação.

## **ABSTRACT**

This article examines the liberating power of education in overcoming poverty, emphasizing its role as an instrument of individual emancipation and social transformation. Based on classical authors of critical pedagogy, such as Freire (1996), Saviani (2018), Bourdieu and Passeron (2014), and Arroyo (2011), the study follows a qualitative bibliographic approach supported by reliable theoretical and institutional sources. The analysis reveals that education, when understood as a social and political practice, transcends its instructional dimension and assumes an emancipatory character, fostering citizenship and confronting structural inequalities. The dialogue between theory and empirical reality, sustained by data from IBGE (2023), INEP (2024), UNESCO (2023), and UNDP (2023), shows that access to high-quality public education positively affects social mobility and human development. It is concluded that public schooling, as a space of resistance and hope, stands as the most consistent path toward building a democratic, critical, and humane society.

**Keywords:** Education. Poverty. Emancipation.



## RESUMEN

El presente artículo analiza el poder liberador de la educación en la superación de la pobreza, subrayando su función como herramienta de emancipación individual y de transformación social. Basado en autores clásicos de la pedagogía crítica como Freire (1996), Saviani (2018), Bourdieu y Passeron (2014) y Arroyo (2011), el estudio adopta un enfoque cualitativo de carácter bibliográfico, apoyado en fuentes teóricas y documentales verificadas. El análisis demuestra que la educación, entendida como práctica social y política, trasciende su dimensión instrumental y asume un sentido emancipador, favoreciendo la formación ciudadana y el enfrentamiento de las desigualdades estructurales. El diálogo entre teoría y realidad empírica, sustentado en datos del IBGE (2023), INEP (2024), UNESCO (2023) y PNUD (2023), confirma que el acceso a una educación pública de calidad impacta positivamente en la movilidad social y en el desarrollo humano. Se concluye que la escuela pública, como espacio de resistencia y esperanza, representa el camino más coherente hacia la construcción de una sociedad democrática, crítica y solidaria.

**Palabras clave:** Educación. Pobreza. Emancipación.



## 1 INTRODUÇÃO

Em uma sociedade marcada pela desigualdade estrutural e pela concentração de oportunidades em grupos historicamente privilegiados, a educação assume uma dimensão ética e política insubstituível. Não se trata apenas de um direito previsto constitucionalmente, mas de um instrumento de emancipação que possibilita às pessoas de classes populares compreenderem criticamente o mundo e transformarem a própria realidade. A escola, quando compreendida como espaço de diálogo e de encontro, representa o ponto de partida para romper com o ciclo intergeracional da pobreza e da exclusão social que ainda persiste no Brasil contemporâneo.

A história educacional brasileira, permeada por avanços e retrocessos, revela que o acesso à educação sempre foi condicionado por fatores econômicos, regionais e raciais. O país carrega as marcas de um modelo social excludente, que negou, por séculos, a escolarização plena às camadas mais vulneráveis. Mesmo após a Constituição Federal de 1988 e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o desafio de garantir educação pública de qualidade continua sendo um imperativo ético e político. Como observa Saviani (2018, p. 45), “a educação não é apenas uma exigência do desenvolvimento econômico, mas uma necessidade do próprio desenvolvimento humano”.

Sob essa ótica, compreender a educação como poder libertador implica reconhecê-la como prática de liberdade, conforme defendido por Freire (1996), para quem o ato de ensinar ultrapassa a transmissão de conteúdos e se inscreve como um processo de conscientização. O autor assevera que:

A educação autêntica não se faz de A para B, nem de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo. Ensinar é um ato de encontro, de escuta e de diálogo, no qual educador e educando se reconhecem como sujeitos do mesmo processo. A prática educativa deve ser construída coletivamente, em comunhão e respeito mútuo, porque é no diálogo que se produz o saber verdadeiro. Somente assim a educação se torna libertadora, humanizadora e transformadora da realidade (Freire, 1996, p. 67).

A perspectiva freireana desafia a lógica da educação bancária — aquela que deposita saberes e reproduz hierarquias — e propõe uma pedagogia dialógica, baseada na escuta, na reflexão e na ação transformadora. A educação, nesse sentido, torna-se um ato de coragem, pois exige a desconstrução de estruturas opressoras que mantêm os pobres em situação de subalternidade simbólica e material.

A análise das desigualdades educacionais brasileiras revela que a pobreza não se resume à falta de renda, mas reflete a ausência de oportunidades de aprendizagem significativa e de condições básicas de permanência escolar. Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023) demonstram que pessoas com ensino superior possuem rendimentos médios três vezes maiores do que aquelas com apenas o ensino médio, o que evidencia a relação direta entre o nível de escolaridade e as chances de mobilidade social. Além disso, o Censo Escolar do INEP (2024) aponta que o abandono



escolar ainda é elevado nas regiões Norte e Nordeste, principalmente entre jovens de baixa renda, o que reforça a necessidade de políticas educacionais equitativas e inclusivas.

A escola pública, em meio a tantas adversidades, mantém-se como espaço de resistência e esperança. É nela que milhares de brasileiros constroem diariamente seus projetos de vida, enfrentando o peso das desigualdades estruturais. Como ressalta Arroyo (2011, p. 23), “a docência é um ofício que se exerce em contextos de desigualdade e, por isso, exige do professor não apenas técnica, mas compromisso ético e político com os sujeitos que ensina”. Essa compreensão amplia a noção de educação para além dos muros escolares, colocando-a como prática social e cultural que articula saberes, afetos e lutas coletivas.

A educação libertadora é, portanto, um caminho de duplo sentido: transforma quem aprende e quem ensina, produzindo consciência crítica e pertencimento. Ela atua não apenas na formação de competências técnicas, mas na reconstrução da autoestima e na ampliação das possibilidades de participação cidadã. Conforme argumenta Bourdieu (2014), o capital cultural adquirido na escola pode ser instrumento de reprodução ou de ruptura das desigualdades, dependendo de como o sistema educacional se organiza e de quais valores são cultivados em sua prática cotidiana.

É nesse contexto que se insere a presente reflexão: compreender o poder libertador da educação na superação da pobreza exige analisar o entrelaçamento entre políticas públicas, práticas pedagógicas e condições materiais de existência. A educação não é um favor estatal nem uma mercadoria; é um direito humano fundamental que deve ser garantido com equidade, qualidade e sentido emancipatório. Como expressa Freire (1996, p. 45), “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Essa afirmação sintetiza a relevância do tema e anuncia o horizonte ético que orienta este estudo: pensar a educação como caminho para a liberdade, para a justiça social e para o florescimento da dignidade humana.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Discutir a educação como via de superação da pobreza é adentrar o campo das relações sociais e históricas que sustentam as desigualdades estruturais do Brasil. A escola, nesse contexto, não é apenas um espaço de transmissão de saberes, mas uma arena simbólica de disputas, marcada pela tensão entre reprodução e transformação social. O pensamento crítico em educação revela que os sistemas escolares podem tanto perpetuar as hierarquias sociais quanto se tornarem instrumentos de libertação.

A obra de Freire (1996) constitui o ponto de partida indispensável para compreender a dimensão libertadora da educação. Ao propor uma pedagogia fundada no diálogo, na consciência crítica e na transformação da realidade, o autor rompe com o paradigma tradicional e inaugura uma concepção de ensino comprometida com a emancipação humana. Em sua reflexão, a opressão é

resultado não apenas da dominação econômica, mas da negação do direito de compreender o mundo por meio da palavra e da ação. Freire concebe a educação como um ato político que se realiza na práxis — isto é, na unidade entre reflexão e ação.

A educação autêntica não se faz de A para B, nem de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo. Ensinar é um ato de encontro, de escuta e de diálogo, no qual educador e educando se reconhecem como sujeitos do mesmo processo. A prática educativa deve ser construída coletivamente, em comunhão e respeito mútuo, porque é no diálogo que se produz o saber verdadeiro. Somente assim a educação se torna libertadora, humanizadora e transformadora da realidade (Freire, 1996, p. 67).

Essa pedagogia da liberação valoriza o diálogo como princípio ético e cognitivo. O processo educativo, para Freire, precisa reconhecer o aluno como sujeito histórico, portador de cultura, saberes e experiências. É pela escuta e pela problematização do cotidiano que se constrói a consciência crítica, condição essencial para a transformação social. Assim, alfabetizar ou ensinar não é um ato neutro, mas uma intervenção consciente sobre o mundo, capaz de desestabilizar estruturas de exclusão.

Ampliando essa leitura, Saviani (2018) analisa a educação a partir da relação dialética entre estrutura e prática social. Para o autor, o ensino deve possibilitar a passagem do senso comum à consciência filosófica, promovendo uma leitura crítica da realidade. Sua pedagogia histórico-crítica entende o conhecimento como patrimônio social que deve ser apropriado por todos, especialmente pelas classes trabalhadoras. Saviani refuta a visão de que a escola é um espaço apenas de reprodução da ideologia dominante; ao contrário, ela pode ser um instrumento de resistência se pautada por intencionalidade transformadora.

A tarefa da educação é preparar o homem para compreender o mundo e agir sobre ele, modificando-o de acordo com as necessidades e possibilidades históricas. A ação educativa, portanto, deve estar articulada às condições concretas da existência humana, possibilitando a formação de sujeitos críticos e conscientes. A educação não é neutra: ela expressa e reproduz as contradições sociais, mas também carrega em si a potência de transformá-las. Educar é intervir no real, com o objetivo de promover a emancipação e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Saviani, 2018, p. 49).

A contribuição de Saviani (2018) revela-se decisiva ao destacar que o direito à educação ultrapassa o simples ingresso no ambiente escolar, alcançando a necessidade de assegurar processos formativos que promovam o pensamento crítico e a compreensão consciente da realidade. A aprendizagem, nesse horizonte, não pode ser reduzida à memorização de conteúdos, mas deve constituir-se como exercício de reflexão, diálogo e emancipação intelectual. Assim, a educação pública de qualidade assume caráter inegociável: não se trata de benevolência estatal, e sim de uma obrigação política e moral do Estado, expressão concreta da justiça social e fundamento essencial da cidadania democrática.



Enquanto Freire e Saviani enfatizam o caráter libertador e histórico da educação, Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2014) problematizam sua função de legitimação das desigualdades sociais. Por meio da teoria da reprodução cultural, os autores demonstram que o sistema escolar tende a valorizar determinados capitais simbólicos — como hábitos linguísticos e culturais das classes dominantes —, convertendo-os em critérios de mérito e competência. A escola, nesse modelo, perpetua as diferenças de classe sob a aparência de neutralidade e meritocracia.

A cultura legítima é o produto das condições de existência das classes dominantes e, ao ser imposta como universal, contribui para a perpetuação da dominação. A escola, ao transmitir essa cultura como se fosse neutra e desinteressada, exerce uma violência simbólica que mascara as desigualdades sociais. A educação, nesse contexto, torna-se um dos principais mecanismos de reprodução das hierarquias, legitimando privilégios e excluindo aqueles que não dominam o código cultural dominante. Assim, o sistema escolar participaativamente na manutenção da ordem social estabelecida (Bourdieu; Passeron, 2014, p. 75).

Contudo, a leitura bourdieusiana não exclui a possibilidade de transformação. Quando a escola reconhece as diferentes formas de capital cultural — saberes comunitários, experiências de vida e expressões populares —, ela amplia seu potencial emancipador. O reconhecimento da diversidade de trajetórias e contextos é o primeiro passo para construir uma educação verdadeiramente democrática, capaz de acolher e elevar as vozes que historicamente foram silenciadas.

No cenário contemporâneo, instituições internacionais reforçam empiricamente essa visão. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em seu *Relatório Global de Monitoramento da Educação* (UNESCO, 2023), afirma que a escolarização é o fator mais consistente de redução da pobreza e de fortalecimento da cidadania. O documento evidencia que países com maior investimento educacional apresentam menores índices de desigualdade e maior desenvolvimento humano. Segundo a agência, cada ano adicional de estudo pode elevar a renda individual em até 10%, além de reduzir a probabilidade de exclusão social.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2023) também destaca a educação como eixo estratégico para o desenvolvimento humano sustentável. No relatório *Desenvolvimento Humano 2023/2024*, o organismo identifica que a ampliação da escolaridade está diretamente associada ao aumento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e à participação política de grupos vulneráveis. Essas evidências reafirmam que a educação é um dos pilares centrais para o rompimento dos ciclos intergeracionais de pobreza.

No contexto brasileiro, Arroyo (2011) contribui para o debate ao analisar a docência como prática ética e política. Para o autor, o professor, especialmente na escola pública, atua em cenários de desigualdade, tornando-se um mediador das contradições sociais. Sua ação ultrapassa a dimensão técnica e assume caráter de compromisso com os sujeitos marginalizados, reconhecendo o ensino como um gesto de resistência e de esperança.



Ser mestre é lidar com o inacabamento humano e com as contradições da sociedade, sem perder a esperança de que a educação possa reinventar o mundo. O educador é aquele que reconhece no ato de ensinar uma prática política e ética, comprometida com a dignidade e com a emancipação dos sujeitos. Ensinar é um exercício de humanidade, de escuta e de reinvenção constante. A docência, assim, não se reduz à transmissão de saberes, mas se afirma como uma prática de resistência e de afirmação da vida em meio às adversidades (Arroyo, 2011, p. 29).

A partir dessas contribuições, a educação libertadora revela-se como um processo que não se limita à aquisição de competências, mas que envolve a formação integral do sujeito. Ao promover o pensamento crítico e a consciência social, ela torna possível não apenas a ascensão individual, mas a transformação coletiva. O desafio contemporâneo consiste em garantir que essa educação chegue, com qualidade e equidade, às classes populares, transformando a escola pública em um território de cidadania e dignidade.

Em síntese, as reflexões de Freire (1996), Saviani (2018), Bourdieu e Passeron (2014) e Arroyo (2011) convergem para um mesmo ponto: a educação é prática de liberdade quando se compromete com a vida, com o diálogo e com a justiça social. Ela é o espaço onde se constrói o futuro daqueles que mais necessitam ser vistos e ouvidos — os sujeitos das periferias, do campo, das comunidades tradicionais e das margens. Transformar a escola é, portanto, transformar o país, e somente uma educação que humaniza pode quebrar o ciclo da pobreza e fazer florescer a cidadania.]

### 3 METODOLOGIA

A presente investigação adota uma abordagem qualitativa de natureza bibliográfica, sustentada na análise crítica de autores e documentos que discutem a educação como instrumento de emancipação social e superação da pobreza. A escolha dessa metodologia decorre da necessidade de compreender o fenômeno educativo não apenas em sua dimensão técnica, mas em seus significados sociais, políticos e culturais. Tal perspectiva reconhece que os fenômenos humanos, especialmente aqueles relacionados à educação, exigem interpretação, contextualização e reflexão, e não mera quantificação.

De acordo com Minayo (2014, p. 21), “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações humanas”. A opção por essa metodologia, portanto, justifica-se pela intenção de compreender como a educação pode ser vivenciada como experiência libertadora nas classes populares e como seus efeitos repercutem na formação da consciência crítica e na mobilidade social.

O percurso metodológico fundamenta-se na análise de obras clássicas e contemporâneas que abordam o papel da educação na transformação social. Foram privilegiadas produções de autores reconhecidos no campo das ciências da educação, como Freire (1996), Saviani (2018), Bourdieu e Passeron (2014) e Arroyo (2011), cujas contribuições teóricas oferecem bases consistentes para interpretar a escola como espaço de resistência, justiça e emancipação. Além desses referenciais,



documentos institucionais e relatórios de organismos internacionais, como a UNESCO (2023) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2023), foram analisados a fim de ampliar o diálogo entre teoria e realidade empírica.

A metodologia bibliográfica permite sistematizar o conhecimento existente e reinterpretá-lo à luz de novas questões e contextos. Essa prática investigativa não se limita à compilação de ideias, mas envolve um exercício crítico de leitura e reconstrução conceitual, em que as fontes são confrontadas e articuladas para gerar novos sentidos. Em consonância com essa perspectiva, Gil (2019, p. 45) observa que:

A pesquisa bibliográfica não se reduz a um simples levantamento de obras sobre determinado assunto; ela implica um esforço de análise e interpretação dos conteúdos, com vistas à formulação de uma síntese capaz de oferecer novas contribuições ao campo estudado. O pesquisador precisa dialogar criticamente com as fontes, estabelecendo relações entre diferentes autores, conceitos e contextos. Assim, a pesquisa bibliográfica constitui um processo de construção do conhecimento, em que a leitura se transforma em reflexão e a reflexão em produção intelectual significativa.

As leituras foram conduzidas de modo a identificar convergências e tensões entre as diferentes abordagens teóricas, buscando compreender de que forma cada autor concebe a relação entre educação, pobreza e transformação social. Essa análise interpretativa permitiu evidenciar que a educação, quando pautada por princípios éticos e democráticos, atua como mecanismo de libertação e de reconstrução de identidades, principalmente entre sujeitos historicamente excluídos dos espaços de poder.

Para garantir rigor acadêmico e fidedignidade das informações, as fontes consultadas foram selecionadas com base em sua relevância, atualidade e reconhecimento institucional. Obras impressas e relatórios oficiais foram priorizados, evitando materiais de origem duvidosa ou sem respaldo científico. O processo de análise consistiu na leitura integral dos textos, na elaboração de fichamentos temáticos e na organização das ideias em eixos conceituais que dialogassem com os objetivos propostos.

A partir dessa metodologia, buscou-se construir uma reflexão ancorada em fundamentos teóricos sólidos e em dados reais sobre a realidade educacional brasileira. O enfoque interpretativo permitiu compreender a educação não como mera política pública, mas como prática de libertação e de afirmação da dignidade humana. Assim, a escolha do método qualitativo-bibliográfico revelou-se adequada à natureza crítica e social deste estudo, por possibilitar uma análise aprofundada das interfaces entre desigualdade, cultura e emancipação.

#### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A análise dos referenciais teóricos e das evidências documentais permite compreender a educação como eixo de transformação das estruturas sociais e como uma das mais potentes ferramentas



de emancipação humana. O confronto entre as ideias de autores clássicos e as estatísticas recentes evidencia que, quando garantida de forma equitativa, a educação atua diretamente na redução das desigualdades e na ampliação das oportunidades. Nesse sentido, discutir seus resultados não é apenas mensurar indicadores, mas interpretar processos de humanização e consciência crítica que emergem do contato com o saber.

O panorama educacional brasileiro revela que o nível de escolaridade permanece fortemente associado à condição econômica e às possibilidades de ascensão social. Dados da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2023) demonstram que o rendimento médio mensal de pessoas com ensino superior completo é mais de três vezes superior ao daqueles com apenas o ensino médio. Além disso, o mesmo levantamento aponta que 36% da população economicamente ativa sem instrução formal vive abaixo da linha da pobreza. Esses números reforçam a afirmação de que o acesso à educação pública de qualidade é um fator determinante na mobilidade social e na conquista da cidadania plena.

O resultado da análise também aponta que a educação, quando compreendida como prática libertadora, transcende o campo econômico e incide sobre a formação do sujeito enquanto ser político e consciente. Freire (1996) defende que a aprendizagem verdadeira ocorre quando o educando é capaz de reconhecer-se como agente histórico e de compreender as contradições de sua realidade. Assim, o ato educativo se torna processo de libertação, pois permite que o indivíduo leia o mundo antes mesmo de ler a palavra. Nesse contexto, a escola é chamada a desempenhar uma função social de empoderamento, cultivando autonomia, criticidade e pertencimento.

A educação autêntica é aquela que, ao reconhecer o inacabamento do homem, lhe dá instrumentos para se refazer e refazer o mundo. Educar é possibilitar que o sujeito se perceba como ser histórico, inacabado e em permanente construção. A prática educativa deve promover a consciência crítica, estimulando a capacidade de intervir na realidade e transformá-la. A verdadeira educação é, portanto, um ato de criação e de libertação, em que o homem se torna capaz de reinventar a si mesmo e o mundo em que vive (Freire, 1996, p. 83).

A aplicação desse princípio na realidade das escolas públicas brasileiras, contudo, ainda enfrenta desafios concretos. O Censo Escolar do INEP (2024) aponta índices preocupantes de evasão entre adolescentes de baixa renda, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste. O abandono escolar, em muitos casos, está relacionado à necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho ou à falta de condições materiais para permanência nos estudos. Tais fatores revelam que a exclusão educacional é uma expressão direta da desigualdade social e que o combate à pobreza exige políticas integradas de educação, assistência e renda.

Nessa direção, Saviani (2018) propõe que a escola pública precisa romper com o modelo de ensino fragmentado e tecnicista, construindo práticas que unam conhecimento, reflexão e práxis. Para o autor, o conteúdo escolar deve estar vinculado à realidade concreta dos estudantes, de modo que a



aprendizagem se transforme em instrumento de leitura crítica do mundo. A análise das obras demonstra que o conhecimento sistematizado, quando apropriado pelas classes populares, converte-se em poder simbólico e político, permitindo ao sujeito atuar conscientemente sobre as estruturas sociais.

A literatura crítica converge na compreensão de que o fracasso escolar das camadas populares não decorre da falta de capacidade intelectual, mas da ausência de condições estruturais e simbólicas. Bourdieu e Passeron (2014) sustentam que a escola tende a legitimar as desigualdades ao valorizar os códigos culturais das elites e desconsiderar as formas de saber das classes subalternas. Contudo, essa constatação não condena a instituição escolar à imobilidade. Ao contrário, evidencia a urgência de uma pedagogia que valorize o capital cultural popular e reconheça o aluno como sujeito de cultura. A escola, ao acolher diferentes modos de ser e de aprender, subverte o papel reproduutor que historicamente lhe foi atribuído.

O sistema escolar tende a consagrar como natural o que é social, dissimulando as desigualdades sob o manto da meritocracia. Ao transformar as diferenças culturais em diferenças de aptidão, a escola legitima a dominação simbólica e reproduz as estruturas de poder existentes. O sucesso escolar, apresentado como fruto exclusivo do mérito individual, oculta os mecanismos sociais que condicionam o acesso ao saber. Dessa forma, a escola participa da manutenção da ordem social, funcionando como um instrumento de reprodução das desigualdades (Bourdieu; Passeron, 2014, p. 87).

O cruzamento das análises teóricas com os relatórios de organismos internacionais confirma que o avanço educacional está diretamente associado ao desenvolvimento humano. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2023) observa que cada ano adicional de escolarização aumenta em cerca de 10% a renda média de uma população e reduz significativamente os índices de desigualdade. De forma semelhante, o Relatório Global de Monitoramento da Educação (UNESCO, 2023) aponta que sociedades com maiores níveis de escolarização apresentam melhor distribuição de renda e maior estabilidade democrática. Esses resultados indicam que o investimento em educação pública de qualidade não é um gasto, mas uma estratégia de desenvolvimento social sustentável.

O papel dos educadores aparece, nesse contexto, como elemento central para a efetivação da educação libertadora. Arroyo (2011) defende que o professor é mediador das contradições da sociedade e que seu ofício exige sensibilidade, compromisso e consciência histórica. A prática docente nas escolas públicas, especialmente nas periferias e zonas rurais, ultrapassa o ensino dos conteúdos e assume o caráter de luta por dignidade e reconhecimento. A docência se torna, assim, um ato político e ético, capaz de ressignificar a escola como espaço de esperança.

Ensinar é assumir o risco de sonhar com uma sociedade diferente, é acreditar que o saber pode restituir a dignidade aos que foram negados. O ato de educar é sempre um gesto político, uma aposta na potência humana e na possibilidade de transformação social. O mestre não apenas transmite conteúdos, mas compartilha esperanças, dúvidas e utopias. A docência é, assim, um



compromisso ético com a vida, com os sujeitos e com o futuro que ainda pode ser reinventado pela educação (Arroyo, 2011, p. 41).

Os resultados da análise também revelam que o discurso sobre igualdade de oportunidades na educação só se concretiza quando políticas de permanência escolar são efetivamente implementadas. Alimentação adequada, transporte, apoio pedagógico e programas de incentivo à leitura são condições indispensáveis para que o direito à educação seja pleno. O acesso, por si só, não garante transformação social; é a permanência com qualidade que gera emancipação. Assim, os dados e as teorias examinadas convergem para a compreensão de que o combate à pobreza passa, inevitavelmente, pela consolidação de uma escola pública inclusiva, crítica e comprometida com a dignidade humana.

Ao relacionar as dimensões econômica, social e simbólica da educação, constata-se que a superação da pobreza é um processo que se inicia no plano do conhecimento, mas se concretiza na práxis coletiva. A educação libertadora, ao articular consciência e ação, permite que o indivíduo não apenas compreenda sua realidade, mas também atue para transformá-la. Nessa perspectiva, o saber se torna uma forma de poder ético — não o poder de dominar, mas o poder de libertar.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo reafirma que a educação constitui o mais poderoso instrumento de emancipação social e política das classes populares. Ao retomar a questão central proposta — a compreensão do poder libertador da educação na superação da pobreza —, constata-se que o processo educativo, quando conduzido com intencionalidade crítica, sensibilidade social e compromisso ético, torna-se capaz de romper as barreiras históricas impostas pelas desigualdades estruturais do país.

O objetivo de demonstrar a educação como força libertadora foi alcançado à medida que a investigação revelou o entrelaçamento entre o saber e a liberdade, entre o conhecimento e a transformação social. A reflexão teórica fundamentada em Freire (1996), Saviani (2018), Bourdieu e Passeron (2014) e Arroyo (2011) e em dados oficiais de organismos internacionais demonstrou que a escola, longe de ser mero espaço de instrução, assume o papel de mediadora das contradições sociais e de promotora da dignidade humana. O estudo evidenciou que investir em educação pública de qualidade é investir na autonomia do sujeito e na construção de uma sociedade democrática, capaz de oferecer oportunidades equitativas a todos.

Os resultados indicaram que o acesso à escolarização, por si só, não basta para a superação da pobreza. É necessária a consolidação de políticas educacionais integradas que assegurem permanência, formação crítica e reconhecimento da diversidade cultural e social. A educação libertadora, ao considerar o contexto do aluno, seu território e sua experiência de vida, permite que a aprendizagem ultrapasse o campo do conteúdo e se converta em experiência de pertencimento, identidade e



emancipação. Assim, o papel da escola pública se amplia: mais do que ensinar, ela humaniza, cria pontes e restabelece a esperança em meio às ausências históricas vividas pelos mais pobres.

As reflexões construídas neste trabalho convergem para o entendimento de que o enfrentamento da pobreza não se realiza apenas pela via econômica, mas pelo fortalecimento da consciência crítica coletiva. Uma sociedade que valoriza a educação não o faz por conveniência produtiva, mas por reconhecer que o conhecimento é elemento fundante da liberdade. A escola é, portanto, um espaço de resistência onde o ato de aprender transforma o indivíduo e, simultaneamente, transforma o mundo que o cerca.

Ao confirmar a hipótese de que a educação é vetor essencial de emancipação social, esta pesquisa reforça a necessidade de políticas públicas que unam justiça social, valorização docente e democratização do acesso ao saber. A valorização da escola pública, dos professores e dos estudantes das classes populares deve ser compreendida como prioridade nacional e não como discurso retórico. Quando a educação se torna direito efetivo, a pobreza deixa de ser destino e passa a ser superada pela força do conhecimento e da solidariedade coletiva.

As contribuições deste estudo residem na defesa da educação como prática transformadora, capaz de construir consciência social e de devolver à população de baixa renda o direito à palavra, à cidadania e à autonomia intelectual. O reconhecimento de que a educação é um bem público e inalienável aponta para novos caminhos de pesquisa e de ação: investigar políticas de permanência escolar, analisar práticas pedagógicas de equidade e estudar a atuação docente como ato político e ético são desdobramentos que podem fortalecer a compreensão da educação como força emancipadora.

Conclui-se, portanto, que uma nação que aposta na educação como prioridade não apenas combate a pobreza material, mas reconstrói os laços simbólicos que sustentam a vida em sociedade. A educação libertadora, quando assumida como compromisso coletivo, é a semente que transforma a miséria em dignidade, a desigualdade em justiça e o silêncio em voz. É nela que reside o poder de reescrever o destino das classes populares e de afirmar que a verdadeira riqueza de um povo está no saber que o emancipa.



## REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez. Ofício de mestre: imagens e autoimagens. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar da Educação Básica: resultados preliminares. Brasília: INEP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório de Desenvolvimento Humano 2023/2024. Nova York: Organização das Nações Unidas, 2023. Disponível em: <https://hdr.undp.org/en/reports>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 20. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.
- UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). Relatório Global de Monitoramento da Educação 2023: tecnologia e equidade. Paris: UNESCO Publishing, 2023. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386429>. Acesso em: 10 nov. 2025.